

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mineração, identidade garimpeira e meio ambiente: os conflitos em torno da extração de diamantes no Alto Jequitinhonha, 1989 – 1995

Marcos Lobato Martins¹

Resumo

Este trabalho examina os eventos que culminaram no embargo dos garimpos no Alto Jequitinhonha, ocorrido nos anos 1989-90, e desencadeado pelo IBAMA, bem como as reações dos garimpeiros ao novo contexto gerado pelo embargo. Essas reações são analisadas a partir da chamada identidade garimpeira tradicional, de modo a compreender os limites e as dificuldades que a ação coletiva dos garimpeiros encontrou no processo de ajuste e negociação com os atores estatais e os ambientalistas envolvidos. A conclusão é que a identidade garimpeira tradicional constitui um obstáculo de monta à continuidade e à reestruturação da mineração na região.

Palavras chave: Alto Jequitinhonha, MG – Garimpo – Identidade garimpeira

Abstract

This work examines the events that culminated in the prospecting embargo in the Upper Jequitinhonha in 1989-1990, triggered by IBAMA, as well as the prospector's reactions to the new context thus generated. These reactions are approached through the traditional prospector identity, so to comprehend the limits and hardships faced by the prospector's collective action in the process of adjustment and negotiation with State agents and environmentalists involved. The conclusion is that this traditional prospector identity constituted an important obstacle for the regional prospecting continuity and restructuring.

Key words: Upper Jequitinhonha – Prospecting – Prospector identity

O objetivo deste trabalho é analisar os eventos relacionados ao embargo total das lavras garimpeiras no Alto Jequitinhonha, ocorrido entre agosto de 1989 e março de 1990, e as reações dos garimpeiros de Diamantina ao novo contexto dentro do qual a mineração passava a ser realizada, sob a vigilância crescente da opinião pública, de órgãos governamentais e ONGs. O foco da análise é posto sobre as possibilidades e os constrangimentos que os valores, as crenças e as normas de conduta tradicionais dos garimpeiros colocaram para a ação coletiva desse grupo, no processo de ajuste e de negociação com atores estatais e ambientalistas para a retomada da extração de ouro e diamantes na região. O trabalho utiliza depoimentos orais, documentos da Cooperativa Regional Garimpeira de Diamantina (COOPERGADI), jornais do período e textos da literatura regional.

¹ - Professor das Faculdades Pedro Leopoldo (FPL) e da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA/UEMG). Doutor em História Econômica pela USP.

1. A identidade garimpeira tradicional no Alto Jequitinhonha

Autores como Joaquim Felício dos Santos (1976), Aires da Mata Machado (1985), Helena Morley (1988) e Sóter Ramos Couto (1954) tomaram os garimpeiros como o centro de suas tramas e narrativas. Mais do que abordar representações dos garimpeiros (sobre o trabalho na mineração, as técnicas, a natureza, a terra que habitam, os grupos sociais com os quais interagem etc.), essa literatura construiu discursos legitimadores do garimpo, a partir de práticas culturais e elementos simbólicos que, uma vez reiterados pelos mineradores por séculos, consolidaram determinada forma de identidade garimpeira.

A literatura regional desenhou os traços da imagem social do garimpeiro. Ele trabalha sozinho ou com poucos companheiros, considerados irmãos. Seus contratos são de boca, baseados na confiança e na honra; o “garimpeiro honrado” é aquele cuja conduta observa a palavra empenhada. Sagaz, o garimpeiro sabe se defender com coragem dos ataques que sofre. Quando vitorioso, volta pacífico para o trabalho; quando vencido, suporta os sofrimentos e não trai seus companheiros. O garimpeiro tem gosto pela vida livre: não possui abrigo certo. Ele está acostumado às oscilações da *fortuna*: hoje rico, amanhã pobre. O garimpeiro resiste ao contato e à colaboração com o Estado, porque os governos perseguiram os pequenos mineradores e também porque o garimpeiro pensa como o capitão Isidoro, personagem lendário, que, “*perguntado se tinha extraído diamantes nas lavras impedidas, respondeu que os diamantes eram de Deus, e só dele; e por isso não cometera crime em extraí-los*” (SANTOS, 1976: 320)². Mais que negócio, a mineração é um prazer, faina regida por forças sobrenaturais. Assim, o garimpeiro “*é só esperança, vive sempre esperando dar num cascalho rico*” (MORLEY, : 49-50). Teimoso, ele só quer faiscar, entorpecido pela “*paixão lúdica da mineração*” (MATA MACHADO, 1985: 33).

No convívio social o garimpeiro é cauteloso. Quando o assunto é mineração, cala-se porque precisa manter em segredo seus achados. O garimpeiro tem aversão a hierarquias, desdenha de saberes formais e complicados, como o dos geólogos e engenheiros. O que conta é o *jogo do rio*³. Para o garimpeiro, “*em mineração não há certezas: tudo são opiniões variáveis*”

² - Segundo Alfredo Fernandes, afamado garimpeiro de Diamantina, a constante na história da mineração regional é “*a polícia tomar de nós para outros ficarem ricos. Garimpeiro que caçar briga com soldado vai acabar morrendo lá no mato, como se fora bicho*” (Depoimento colhido em 11 de junho de 1995).

³ - Sobre o “jogo do rio”, disse o ex-garimpeiro Hermes Werneck: “*os garimpeiros olham muito o jogo do rio. O rio veio de lá, bateu aqui, virou para lá. Aqui vai dar sombra, se há uma pedra muito grande. Atrás dessa pedra não deve ter nada. Eles tentam imaginar o leito antigo do rio. Quer dizer, eles mais ou menos calculam, pela posição das*

(MATA MACHADO, 1985: 47). Ele é apegado às técnicas tradicionais, bem ajustadas ao saber empírico adquirido na labuta da faiscação. Daí sua resistência às inovações técnicas, à escrita contábil e ao planejamento⁴. Sua atividade é incompatível com a racionalidade da empresa moderna.

Na década de 1960, essas crenças estavam solidamente difundidas na região, legitimando os padrões da atividade garimpeira e produzindo formas de explicação e intervenção no cenário do Alto Jequitinhonha.

2. O embargo dos garimpos: 1989-1990

A cobertura da mídia dos problemas sócio-ambientais na Amazônia forjou uma contra-imagem do garimpeiro. Nos jornais e na televisão, entre 1987 e 1992, os garimpeiros surgiram como símbolo do Brasil arcaico, que assoreia e polui os rios com mercúrio, que destrói florestas para lavar, que extermina indígenas. Nas palavras de Livia Barbosa (1991: 230):

Os garimpeiros foram trazidos à luz por conjuntos discursivos que viram neles a negação do Brasil novo que se quer construir, do país moderno e eficiente que se almeja, pois são primitivos, desorganizados e poluidores; do país justo e igualitário, pois são produto de estruturas econômicas perversas. Garimpo e garimpeiros foram, assim, instaurados como opositores (...) do meio ambiente bem cuidado, das sociedades indígenas preservadas, da grande empresa eficiente e não-espoliadora, e das relações de trabalho humanas e bem remuneradas.

A percepção negativa dos garimpeiros da Amazônia estendeu-se a todos os garimpeiros do Brasil. Indicação disso é a descrição caricatural que o *Hoje em Dia*, de 22 de novembro de 1995, apresentou dos garimpeiros de Diamantina:

População de miseráveis, os garimpeiros, quando acham a cobiçada pedra não investem no futuro. Desdentados, compram carros, tomam cachaca e cerveja e dobram as noites com mulheres da vida, que não faltam em cada buraco que se visita (...). Paixão de garimpeiro é carro zero e eles costumam gastar tudo o que ganham com a descoberta de uma boa pedra na única concessionária Volkswagen da região.

No ano de 1985, o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Otávio Elísio Alves de Brito, organizou em Belo Horizonte reunião para discutir os problemas da mineração em Minas. Na reunião, os garimpeiros de Teófilo Otoni aprovaram a tese de que o garimpo artesanal não seria fator de degradação ambiental, ao contrário do garimpo semi-

pedras, das montanhas, de que lado, com o passar dos séculos, o rio veio. É uma coisa empírica, passada de pai para filho” (Depoimento colhido em 02 de junho de 1995).

⁴ - Conforme Alfredo Fernandes, “a gente não fazia conta do quanto estava gastando, se estava comendo muito ou pouco, porque acreditava que isso até atrapalhava o garimpo”.

mecanizado e das grandes empresas de mineração. Ao lado dos impactos ambientais, a tensão das disputas por terras minerais também contribuiu para piorar a visão da opinião pública mineira sobre o garimpo. Em 1985, a imprensa de Belo Horizonte noticiou o conflito entre garimpeiros de Datas e a Polícia Federal, no Rio Paraúna. A briga era por causa da Hanna Corporation, empresa dona da área na qual trabalhavam muitos garimpeiros e que exigiu a retirada deles. A comunidade garimpeira, há muito instalada no local, resistiu. Conflito similar ocorreu dois anos depois, em Maria Nunes (Diamantina), com farta cobertura da imprensa. Sobre esses episódios, cita-se o depoimento de Antônio Fernandes, líder dos garimpeiros de Datas:

O Pe. Marcos, vigário de Datas, pediu que eu fosse lá no Paraúna dar uma ajuda para os garimpeiros. Nós fomos juntos, ocorreram algumas prisões, mas a comunidade conseguiu resistir e está lá até hoje. Depois teve outro conflito, em Maria Nunes, no Jequitinhonha, em 1987. Um grande minerador de Diamantina, dono de muitas bombas, Milton Queiroz, queria passar um trator sobre as casas dos moradores porque achava que, debaixo delas, havia muito diamante. Eu participei outra vez. (Depoimento colhido em 11 de outubro de 1996).

Em 1987, a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (Escritório Regional de Diamantina) organizou o I Encontro de Garimpeiros, em Coronel Murta. Nele, deliberou-se que os mineradores criariam associações. Mas somente os mineradores de Datas fundaram, naquele ano, sua associação.

O ano de 1989 começou tenso. Em Goiás, a Justiça Estadual decretou a interdição dos garimpos de ouro do Rio Vermelho. 12 mil garimpeiros foram impedidos de lavrar no estado vizinho (Revista *Brasil Mineral*, n. 73, dez. 1989, p. 8). Em Minas, depois de pressões fortes da AMDA (Associação Mineira de Defesa do Ambiente), uma *blitz* da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente) lacrou 500 bombas de garimpo em Paracatu. Denúncias de operação predatória de bombas no Rio Araçuaí levaram à instalação de CPI na Assembléia Legislativa mineira. A CPI aumentou o movimento em favor da paralisação do garimpo no Alto Jequitinhonha. Mais uma vez, cita-se Antônio Fernandes:

Eu comecei a viajar para Belo Horizonte para defender o garimpo na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia. Organizamos o II Encontro de Garimpeiros em Datas (...) com a presença do Deputado Nilmário Miranda e de técnicos da FEAM. Houve enfrentamento físico entre pessoas que achavam que o garimpo não fecharia nunca e o pessoal da FEAM. O Deputado Nilmário foi agredido. Os técnicos de Belo Horizonte voltaram inflamados para a capital e, no dia seguinte, só víamos helicópteros e camburões chegarem à região, lacrando as bombas.

Era 3 de agosto de 1989. O IBAMA interditou as atividades minerárias na região, baseado na Lei Federal 6.938/81 e no decreto 88.351/83. As razões alegadas foram: a) o Rio

Jequitinhonha encontrava-se em estado crítico de poluição; b) a necessidade de garantir o abastecimento de água dos municípios a jusante do rio. Decorridos dois meses, empresas de mineração como Tejucana e Rio Novo conseguiram retomar as atividades. Aos poucos, muitos garimpos voltaram a funcionar, após assinarem termo de compromisso com a FEAM. Porém, não cessaram as ameaças de paralisações da atividade no Alto Jequitinhonha.

Em 1994, o Ministério Público de Diamantina formulou graves denúncias contra os garimpeiros: degradação ambiental, sonegação fiscal, exploração do trabalho infantil. A polícia vistoriou áreas de garimpo e suspendeu temporariamente algumas frentes de lavra. Em 1995 foi desencadeada a “Operação Jequitinhonha” pela Polícia Florestal, IEF (Instituto Estadual de Florestas), FEAM e IBAMA. Lavras no Rio Jequitinhonha, entre Maria Nunes e Caçaratiba, foram embargadas. Em 1996, os órgãos ambientais paralisaram os garimpos do Serro e de Alvorada de Minas.

3. Ação coletiva e identidade social dos garimpeiros

Apanhados de surpresa, os garimpeiros de Diamantina tentaram sensibilizar as autoridades e o povo do município, concentrando-se no centro da cidade e montando rancho na Praça Correia Rabelo, diante da Prefeitura. Ficaram acampados ali de agosto a dezembro de 1989. Do acampamento partiam grupos de garimpeiros, diariamente, para fechar o comércio, as escolas e as repartições públicas. Os mais exaltados quiseram colocar explosivos na ponte de Mendanha, para interromper a estrada que dá acesso ao Vale do Jequitinhonha, mas foram impedidos pelas lideranças moderadas (Cf. depoimento de José Arnaldo Jorge, primeiro advogado da Cooperativa Garimpeira de Diamantina, colhido em 10 de outubro de 1996). Em meados de agosto, os garimpeiros, com o apoio da Prefeitura e de empresas, publicaram na grande imprensa mineira a “Moção para a Reativação Minerária do Jequitinhonha”, que ressaltava a importância social da atividade.

Em 02 de setembro, ocorreu em Diamantina assembléia de constituição da Cooperativa Regional Garimpeira de Diamantina, com a participação de 50 pessoas (de Datas, Diamantina, Gouveia e Presidente Kubitschek). O estatuto aprovado enumerava os seus objetivos fundamentais: a) obtenção de concessões para a pesquisa e lavra de jazidas garimpáveis; b) promoção econômico-social dos garimpeiros; c) aperfeiçoamento da legislação de acordo com os interesses dos garimpeiros (COOPERGADI. Livro de Atas da Assembléia Geral, p. 1-9).

Constituída por donos de bombas e de garimpos, a Cooperativa contou com apoio dos políticos da região, dos comerciantes e da massa de garimpeiros. Imediatamente, ela passou a atuar nos fóruns onde ocorriam as discussões sobre a mineração no Jequitinhonha.

Em meados de outubro, a COOPERGADI organizou passeata de garimpeiros nas imediações da sede da FEAM. Conforme Antônio Fernandes, “*nós chegamos a ser vaiados na Avenida Prudente de Moraes por alguns grupos de estudantes*” (Depoimento de Antônio Fernandes). Ainda em outubro, a Cooperativa firmou diversos convênios com médicos, dentistas, laboratórios clínicos e estabelecimentos comerciais de Diamantina, garantindo descontos para seus associados. Em novembro, foi inaugurada a loja da Cooperativa, que vendia mantimentos, roupas, equipamentos de garimpo e peças de reposição de bombas a baixo preço. Essa loja funcionou até outubro de 1994. A Cooperativa também criou comissões para atuar nos conflitos entre garimpeiros, cuja tarefa consistia em esclarecer os direitos dos envolvidos e buscar soluções negociadas⁵. No mês de dezembro, a Cooperativa iniciou a veiculação diária de um programa radiofônico – “Hora do Garimpeiro” –, transmitido pela Rádio Cultura de Diamantina. Esse programa fazia a defesa econômica do garimpo e exaltava o modo de vida tradicional das comunidades garimpeiras. Em abril de 1990, a Cooperativa firmou acordo com a Prefeitura de Diamantina sobre a taxaço das bombas, garantindo a redução e o parcelamento dos valores dos alvarás desses equipamentos. No mês seguinte, a Cooperativa reivindicou ao Governo mineiro a redução do ICMS sobre a comercialização do ouro e do diamante e, à Caixa Econômica Federal, linha especial de financiamento para a compra de equipamentos de garimpo.

Quanto ao controle ambiental, a Cooperativa começou a falar de “garimpo ecológico”. Em agosto de 1990, a organização recebeu membros do COPAM, AMDA e do Movimento Ecológico Lagoa do Nado, que excursionaram em garimpos próximos de Diamantina. No ano de 1991, a Cooperativa promoveu reuniões sobre a legislação do setor entre seus integrantes e a Polícia Florestal. Também acertou esquema de fiscalização conjunta com a Prefeitura Municipal de Diamantina e a Polícia Florestal. E, no âmbito da FEAM, insistiu na idéia de que as normas de proteção ambiental não poderiam ser as mesmas para as grandes empresas e para os garimpeiros.

Entre 1990 e 1994, a COOPERGADI conseguiu obter áreas para garimpo, repassando-as aos seus associados. Algumas foram cedidas por garimpeiros ou empresas, outras resultaram do

⁵ - Essas comissões atuaram com sucesso nos litígios do Rio Pardo Pequeno (abril de 1990) e no conflito entre garimpeiros e a empresa Engessol, na Lagoa da Pedra (setembro de 1990).

levantamento de embargos feitos pela Polícia Florestal, outras foram compradas de empresas. As áreas de garimpo obtidas foram distribuídas entre os associados que entraram com dinheiro na compra ou arrendamento dos terrenos, proporcionalmente à contribuição de cada um.

A tabela apresenta os números e as variações das adesões formais à organização garimpeira:

Tabela 1 – Número de associados da COOPERGADI, 1989-1996

Período	n. de ingressos	Total acumulado	% de ingressos
set. a dez. 89	356	356	40,0
jan. a dez. 90	283	639	31,7
jan. a nov. 91	79	718	8,9
jan. a dez. 92	128	846	14,3
jan. a nov. 93	25	871	2,8
jan. a out. 94	13	884	1,5
fev. a jun. 96	06	890	0,8
TOTAL	890	890	100

Fonte: Livros de Registros de Associados da COOPERGADI. Diamantina, MG.

O ritmo de adesão à organização é mais intenso em seus primeiros anos, alimentado pela força dos enfrentamentos que lhe deram origem. A partir de 1993, o número de novas adesões reduziu-se drasticamente. Todavia, já em 1992 notava-se o aumento da apatia dos integrantes, conforme indica o depoimento de um ex-diretor da Cooperativa:

Até 1995 havia cerca de 880 sócios. Mas na realidade essas pessoas não pagavam suas mensalidades, outros não respeitavam mais a forma de trabalhar que a Cooperativa mandava. Então foi feita uma assembléia em março de 1996, que decidiu que os que cumprissem suas obrigações não seriam desligados da Cooperativa. Em 1996, andando certinho com a Cooperativa temos cento e poucos cooperados (Depoimento de José Raimundo Rocha, colhido em 12 de outubro de 1996).

Para o período 1989-1992, a abordagem “econômica” do fenômeno da ação coletiva proposta por Mancur Olson (1973) explica os números constantes na tabela. Conforme Olson, nos grupos grandes, nos quais a contribuição individual de cada membro não produz qualquer diferença perceptível para os outros membros do grupo, o bem coletivo (no caso o acesso desembaraçado a áreas de garimpo) não será produzido a menos que haja coerção ou outro tipo de incentivo que leve os membros do grupo a agir de acordo com o interesse comum (a continuidade da garimpagem). Por isso, Olson ressalta a importância dos *incentivos seletivos* para a existência de ações coletivas e a produção de bens públicos. Os incentivos seletivos estimulam os indivíduos racionais a agirem de acordo com o interesse grupal. Ora, a COOPERGADI, além de articular a reação das comunidades mineradoras e de atuar como canal de negociação política

com o Estado, cuidou de fornecer os tais incentivos seletivos de que fala Olson – a loja para os cooperados, a multiplicação de convênios, assistência jurídica para os associados, etc. Daí o crescimento expressivo da organização. Todavia, a ênfase de Olson nos aspectos estratégico-organizacionais da ação coletiva dificulta a compreensão da fase iniciada em 1993, marcada pelo contraste entre os sucessos da organização na provisão de áreas livres para garimpo e o decréscimo espantoso da taxa de adesão à organização. Por que isso ocorreu no período 1993-1996?

É o caso de considerar os elementos constituintes da forte identidade coletiva, formada ao longo de séculos, que dá existência real à comunidade garimpeira como grupo social. Os garimpeiros fizeram da COOPERGADI a fiel depositária do rico legado simbólico que singulariza o grupo (modos de vida, valores, códigos de conduta). Como lembra Pizzorno (1989: 145): “*as pessoas não podem agir sem uma identidade. Quando ninguém questiona a identidade que receberam, as pessoas a usam; quando ela é ameaçada ou se desgasta, as pessoas, sem nem mesmo tomarem consciência disso, lutam por uma*”. Ora, justamente esse “solo” de atitudes e idéias habituais dos garimpeiros entrou em rota de colisão com as ações estratégicas das diretorias. Elas enveredaram pelo caminho do discurso modernizante para dar nova legitimidade à atividade garimpeira, pautado por temas como a preocupação com o meio ambiente, a defesa da recuperação ambiental, regularização fiscal e trabalhista, modernização tecnológica e gerencial, formação de micro-empresas de mineração, colaboração com o Estado. Mas essas diretrizes – boas para apresentar ao Governo e aos “verdes” – violavam aspectos fundamentais da identidade garimpeira tradicional. Assim, muitos donos de bombas e garimpeiros interpretaram a linha de ação da Cooperativa como abandono da defesa do *ethos* do garimpo, como sugere o depoimento seguinte:

Havia pessoas que não concordavam com as posições da COOPERGADI. Nas reuniões, ninguém era contra as argumentações da diretoria. A coisa funcionava era fora. Houve muitos donos de bombas que não aceitaram, na prática, seguir o tipo de conduta que a Cooperativa defendia. Chegou a haver gente que queria organizar uma cooperativa paralela (Depoimento de José Arnaldo Rosa).

As próprias diretorias da COOPERGADI perceberam o problema no fim de 1994. Desde então, promoveram deslocamentos no foco dos discursos por elas elaborados: As bandeiras passaram a ser a defesa de tratamento legal e ambiental privilegiado para os garimpeiros, a luta pelo licenciamento de *áreas solteiras de garimpagem*, a valorização da prática tradicional do

garimpo, a distribuição dos terrenos entre os associados por sorteio⁶. A mudança de estratégia significou abandonar os discursos sobre “garimpo ecológico” e “garimpo de empresa”, e pretendeu atrair novamente a adesão e a confiança dos donos de bombas e dos garimpeiros.

Nesse sentido, a trajetória da COOPERGADI ajusta-se melhor às reflexões de March e Olsen (1989), que deram especial atenção às relações entre o instrumental e o simbólico no âmbito das organizações políticas, mostrando que a ação dos atores é resultante de uma mescla sofisticada de *ação racional* e de *ação apropriada*. A ação racional é concebida em termos de cálculo estratégico; a ação apropriada baseia-se na escolha de padrões de conduta (dentro de um conjunto já existente de alternativas), a partir de analogias e similaridades percebidas entre a situação que se enfrenta e as demais situações que conformam a experiência histórica dos atores e da organização, tendo em vista a identidade social dos seus integrantes. Assim, a COOPERGADI andava sobre o fio da navalha. Precisava negociar com os ambientalistas e o governo, para o que devia agir estrategicamente. Mas não poderia perder suas bases sociais, para o que devia adotar preferencialmente ações e discursos em consonância com o repertório de experiências, idéias, rotinas, papéis, valores e “visões de mundo” contido na identidade garimpeira tradicional. Esta delimita o leque de alternativas de ação aceitáveis pelas comunidades mineradoras e fornece os critérios de avaliação das decisões tomadas pela Cooperativa. O xis da questão está no fato de que, para a identidade garimpeira tradicional, o pequeno minerador é sujeito formado *em oposição* à lógica do mercado (=empresa de mineração, com relações de trabalho assalariadas, impessoais e hierarquizadas), à presença do Estado (=regulamentação burocrática e cobrança de tributos) e ao respeito à natureza (porque a faina do garimpeiro é lutar contra ela).

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. In: *Estudos Históricos* (História e Natureza). Rio de Janeiro: FGV, v. 4, n. 8, 1991. p. 229-243.
- COUTO, Sóter Ramos. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.
- MARCH, James G.; OLSON, Johan P. *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics*. New York: The Free Press, 1989.

⁶ - Ao invés de insistir na lógica típica da empresa por cotas, distribuindo os terrenos entre os que entraram com dinheiro na compra ou arrendamento das áreas, optou por uma forma de retomar, em novas bases, a “lógica” do jogo (e da aventura) que tradicionalmente presidiu a escolha das áreas nas quais as lavras garimpeiras ocorriam.

MARTINS, Marcos Lobato. *Identidades sociais e ação coletiva: o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1997. (Dissertação de mestrado)

MATA MACHADO, Aires da. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1973.

PIZZORNO, Alessandro. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da “escolha racional”. In: FOXLEY, McPHERSON e O’DONNELL. *Desenvolvimento, política e aspirações sociais*. São Paulo: Vértice, 1988.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1976.